

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.710 - DF (2019/0228926-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - DF025136  
RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - DF027474  
**AGRAVADO** : MARIA MENDES FERREIRA  
**ADVOGADO** : EMANUEL MEDEIROS ALCÂNTARA FILHO - DF040311

## **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. RECURSO PROVIDO.*

- 1. A correção monetária dos saldos de caderneta de poupança decorrentes do Plano Verão deve observar o disposto no art. 1º, § 2º, da Lei nº 6.899/1981. Precedentes do STJ.*
- 2. O índice de correção monetária do saldo de poupança a ser utilizado é o INPC, tendo em vista que é o critério oficial de atualização dos débitos judiciais adotado por este Egrégio Tribunal de Justiça.*
- 3. Apelação conhecida a provida.*

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação dos arts. 475-P, inciso II, e 575, inciso II, do Código de Processo Civil, 16 da Lei 7.347/1985, e 2-A da Lei 9.494/1997, defendendo a extinção do feito, em face

# *Superior Tribunal de Justiça*

da ilegitimidade ativa da recorrida. Alega ainda ofensa aos arts. 743, I, II e III, do CPC, asseverando, em síntese, excesso na execução.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que, para impugnar a decisão que inadmite o recurso especial, faz-se necessário apresentar argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Com efeito, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial por incidir a Súmula 83 do STJ, pois o entendimento do acórdão recorrido estar em consonância com o entendimento desta Corte sobre o Tema 723, e quanto aos art. 743 do CPC aplicou-se a Súmula 7 do STJ, pois para apreciar o excesso na execução seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Entretanto, verifica-se que o agravante não impugnou, os fundamentos da decisão de admissibilidade, não havendo qualquer impugnação suficiente e satisfatória referente a tais fundamentos, limitando-se a reiterar as razões de interposição do recurso especial e discorrer alegações genéricas, que nada possuem consonância com os óbices aplicados para sua inadmissão.

Assim sendo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe, uma vez que o fundamento não impugnado é suficiente para manter a inadmissão do agravo em recurso especial.

No exato sentido, colaciona-se recente julgado da Corte Especial:

***PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.  
IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS  
FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, §***

**4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.**

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art.

1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

**(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)**

Destarte, em consonância com o princípio da dialeticidade recursal, não

# *Superior Tribunal de Justiça*

conhecer do presente agravo é medida que se impõe.

**Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

O art. 85, § 11, do CPC/2015, ao prescrever que "*o tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal*", estabeleceu condição para que ocorra a condenação em honorários recursais, que é justamente a condenação prévia pela instância inferior em honorários sucumbenciais." (REsp 1799529/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 22/05/2019). No presente caso, o Tribunal de origem não fixou honorários sucumbenciais, não sendo cabível, portanto, tal majoração.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**